



DELGADO DE CARVALHO E A GEOGRAFIA ESCOLAR: racialidade e unidade nacional na Primeira República

Lorena Francisco de Souza
lorena.souza@ufg.br

Professora Doutora no Instituto de Estudos Sociambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5300-5046>

Diogo Marçal Cirqueira
diogomc@id.uff.br

Professor Doutor no Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5122-7147>

RESUMO

O artigo examina as interpretações de Delgado de Carvalho sobre a nação brasileira entre 1910 e 1930, com ênfase na forma como ele integra as noções de meio e raça no ensino de Geografia desta época. Através da análise do manual "Geographia do Brasil", publicado e revisado durante essas décadas, o texto explora como a Geografia foi utilizada para legitimar e promover a ideia de nação no Brasil. Influenciado por teorias europeias, Delgado de Carvalho buscou traduzir as complexidades geográficas e raciais do país em uma narrativa de unidade nacional. Ele abordou as contradições impostas pelas teorias racistas da época que consideravam o meio tropical e a composição racial brasileira como obstáculos ao progresso. Ao mesmo tempo, suas obras tentaram resolver o dilema da mestiçagem, enfatizando o branqueamento da população como solução para a formação de uma nação "moderna e civilizada". A atuação de Delgado de Carvalho foi central para o desenvolvimento da Geografia como disciplina científica e escolar no Brasil e suas contribuições influenciaram significativamente o ensino de Geografia nas décadas subsequentes.

PALAVRAS-CHAVE

Delgado de Carvalho; Geografia escolar; Raça; Primeira República.

DELGADO DE CARVALHO AND THE SCHOOLING GEOGRAPHY: raciality and national unity in the First Republic

ABSTRACT

The article examines Delgado de Carvalho's interpretations of the Brazilian nation between 1910 and 1930, focusing on how he integrates the notions of environment and race in the teaching of Geography. Through the analysis of the manual "Geographia do Brasil," published and revised during these decades, the text explores how Geography was used to legitimize and promote the idea of the nation in Brazil. Influenced by European theories, Delgado de Carvalho sought to translate the geographical and racial complexities of the country into a narrative of national unity. He confronted the contradictions imposed by the racist theories of the time, which viewed the tropical environment and the Brazilian racial composition as obstacles to progress. At the same time, his works aimed to resolve the dilemma of miscegenation, emphasizing the whitening of the population as a solution to the formation of a "modern and civilized" nation. Delgado de Carvalho's role was central to the development of Geography as a scientific and school discipline in Brazil, and his contributions significantly influenced the teaching of Geography in subsequent decades.

KEYWORDS

Delgado de Carvalho; School Geography; Race; First Republic.

DELGADO DE CARVALHO Y LA GEOGRAFÍA ESCOLAR: racialidad y unidad nacional en la Primera República

RESUMEN

El artículo examina las interpretaciones de Delgado de Carvalho sobre la nación brasileña entre 1910 y 1930, enfocándose en cómo integra las nociones de medio ambiente y raza en la enseñanza de la Geografía. A través del análisis del manual "Geographia do Brasil", publicado y revisado durante estas décadas, el texto explora cómo la Geografía fue utilizada para legitimar y promover la idea de nación en Brasil. Influenciado por teorías europeas, Delgado de Carvalho buscó traducir las complejidades geográficas y raciales del país en una narrativa de unidad nacional. Enfrentó las contradicciones impuestas por las teorías racistas de la época, que consideraban el medio ambiente tropical y la composición racial brasileña como obstáculos para el progreso. Al mismo tiempo, sus obras intentaron resolver el dilema del mestizaje, enfatizando el blanqueamiento de la población como solución para la formación de una nación "moderna y civilizada". La actuación de Delgado de Carvalho fue central para el desarrollo de la Geografía como disciplina científica y escolar en Brasil, y sus contribuciones influyeron significativamente en la enseñanza de la Geografía en las décadas siguientes.

PALABRAS CLAVE

Delgado de Carvalho; Geografía escolar; Raza; Primera República.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as interpretações e perspectivas de Delgado de Carvalho acerca da nação brasileira nas décadas de 1910 a 1930. Busca-se, especificamente, compreender de que maneira o autor operacionaliza e integra em seu discurso dirigido ao ensino de Geografia as noções de nação, meio e raça. Para tanto, serão examinadas as sucessivas edições do manual didático *Geographia do Brasil* (1913, 1923, 1927, 1930), elaborado em consonância com as reformas curriculares do período voltadas à “modernização do ensino” e em diálogo com os debates sobre identidade nacional e progresso durante a Primeira República. Essa obra é entendida, em nossa perspectiva, como um documento que evidencia como a Geografia, enquanto disciplina científica e escolar vinculada ao poder estatal, foi mobilizada para “produzir a pátria” e acomodar dilemas da sociedade brasileira. Simultaneamente, o manual permite acompanhar a evolução e o desenvolvimento do pensamento geográfico de Delgado de Carvalho sobre o Brasil, uma vez que passou por diversas reedições e modificações ao longo do tempo.

Conforme assinala a historiografia das primeiras décadas do século XX, existe uma relação direta entre a Geografia científica e os processos de formação nacional, na medida em que o discurso geográfico foi instrumentalizado para a constituição física e imagética da pátria (Morrissey, 2014; Vlach, 1988). No caso brasileiro, a “Geografia científica” foi empregada tanto para delimitar fronteiras e catalogar recursos naturais no território (Pereira, 2005), quanto para forjar um discurso mitológico que erigiu determinadas paisagens e aspectos da natureza como símbolos nacionais (Murari, 2009; Cirqueira, 2015). Destaca-se, contudo, a colonialidade inerente a essa operação, cujo discurso geográfico estava imerso em um eurocentrismo irrestrito e hierarquizante, o qual repercutiu nas representações e utopias sobre a nação.

Tomando como referência as nações europeias, tornar-se uma nação desenvolvida e civilizada no início do século XX implicava um processo que articulava, em uma suposta singularidade, a cultura (língua), o povo e o território (meio) (Seyferth, 1996; Hobsbawn, 1991). Contudo, segundo os discursos eurocêtricos, evolucionistas e deterministas — ainda vigentes entre intelectuais da época —, o Brasil era um país culturalmente fragmentado, habitado por população racialmente inferior e localizado em um meio tropical degenerante (Schwarcz, 1993; Skidmore, 1976; Machado, 1995; Murari, 2009). Diante da urgência em “construir a nação” no alvorecer do século XX, grande parte dos cientistas, políticos, artistas e literatos que se dedicaram a refletir sobre

o Brasil tiveram de enfrentar os problemas relacionados ao povo e ao meio — questões que, como ressalta Machado (1995), eram sobretudo de natureza geográfica.

Há uma produção considerável sobre como a Geografia científica foi utilizada para forjar uma ideia de nação e um sentimento patriótico por meio de “geografias pátrias” (cf. Mary, 2010), especialmente na historiografia da Geografia Escolar. Nosso propósito, portanto, é analisar em detalhe alguns dos componentes do “princípio de nacionalidade” (Hobsbawn, 1991), elemento central nos discursos geográficos do período em tela. Ainda que os Estados nacionais sejam “comunidades imaginadas” (Anderson, 2008), “tradições inventadas” (Hobsbawn; Ranger, 2006) ou “formações discursivas” (Hall, 2017), são necessários significantes concretos que funcionem como denominadores comuns da representação simbólica da unidade nacional e produzam “geografias tangíveis” para a coletividade (Morrissey, 2014). No Brasil, parte desse debate centrou-se na natureza (meio, clima etc.) e no povo (grupos raciais e étnicos).

Cumprir destacar o papel da Geografia Escolar nesse contexto, uma vez que, além de sintetizar as discussões sobre a nacionalidade, também as disseminava nas instituições de ensino (Vlach, 1988). Um dos principais vetores desse processo eram os livros e manuais didáticos de Geografia. Barros (2022), em pesquisa sobre manuais de Geografia durante a Primeira República, problematiza como a Geografia Escolar foi utilizada para consolidar e legitimar ideias de hierarquia racial. A autora conclui que concepções nacionalistas se articulavam com leituras racialistas e determinismos ambientais, sendo difundidas em âmbito nacional por meio desses manuais. A pesquisa demonstra como os livros didáticos desempenharam papel central na propagação de ideologias no início do século XX, especialmente no que concerne à construção da nacionalidade e aos discursos racialistas.

Nesse contexto, propomo-nos a examinar a obra de Delgado de Carvalho, a fim de compreender como o autor, a partir de uma perspectiva geográfica, buscou resolver tais dilemas envolvendo a nacionalidade brasileira. Diferente de outros pensadores do período que se engajaram nesse debate — como Sylvio Romero, Oliveira Vianna, Manoel Bomfim e Manoel Querino, Delgado de Carvalho tinha como princípio disciplinar estabelecer um discurso de fundamento geográfico que, não obstante as diversas concepções então vigentes, buscava compreender e justificar a relação homem-meio e a totalidade integrada e indivisível do “espaço nacional brasileiro”. Como um dos fundadores da Geografia moderna no Brasil (Machado, 1995; Zusman; Pereira, 2000; Campos, 2011), Delgado de Carvalho acompanhava de perto a produção geográfica

européia, em especial a francesa, e procurou, a seu modo, interpretar e aplicar esse conjunto de teorias à realidade brasileira.

Assim como seus contemporâneos, as reflexões de Delgado de Carvalho atravessaram o problema da formação e do desenvolvimento da nação brasileira. Não muito distante de autores proeminentes da época, ele se viu confrontado com as teorias europeias nas quais se baseava, mas que, simultaneamente, prognosticavam o fracasso inevitável do Brasil devido às supostas qualidades “inferiores” do meio e do povo. A projeção de um sistema interpretativo pautado na dicotomia entre “civilização” e “barbárie” para pensar o mundo extraeuropeu foi utilizada para interpretar o próprio mundo dos “selvagens”. Desse modo, Delgado de Carvalho, por meio de um discurso geográfico peculiar, expressou seu ponto de vista, bem como as tensões inerentes à assimilação e tradução das teorias europeias para compreender e “projetar” o Brasil.

Neste artigo, focalizaremos suas obras produzidas nas décadas de 1910 e 1920, quando seus primeiros textos em português¹ sobre o Brasil e o ensino de Geografia foram publicados (Carvalho, 1913, 1923, 1927, 1930). Nota-se, nesse período, que os termos do debate nacional haviam sofrido ligeiras modificações em comparação com autores do final do século XIX e início da República. O frenesi das primeiras décadas republicanas para edificar um ideário de nação já havia arrefecido, e existia então uma presunção do que a nação era ou poderia vir a ser. Embora ainda fosse uma ideia vaga na década de 1920, era consenso entre grande parte dos pensadores da época que o Brasil deveria equiparar-se às nações europeias e que, supostamente, rumava nessa direção por meio do processo gradual de modernização das instituições e das infraestruturas espaciais (cf. Schawarcz, 2013). A questão que mobilizava Delgado de Carvalho, portanto, era resolver detalhes dessa idealização e pensar como efetivar empírica e simbolicamente esse projeto, objetivo que buscou alcançar mediante a “modernização” do ensino de Geografia na educação básica.

Ao explorarmos as leituras de Delgado de Carvalho sobre esses impasses, buscaremos compreender a constituição de sua teoria geográfica sobre o Brasil. De modo mais enfático, além de investigar como a racialidade se inscreve em seus discursos, procuramos avaliar se as “lentes geográficas” lhe conferiram perspectivas diferenciadas sobre a realidade brasileira — em comparação com outros pensadores do período. Como ele resolveu o problema envolvendo a relação entre homem e meio na conformação da totalidade nacional? O filtro da teoria geográfica alterou o teor de suas interpretações

¹ A sua primeira obra é *Le Brésil Méridional: étude économique sur les états du sud* (1910) escrita como tese e depois publicada em francês.

sobre a nação brasileira e os problemas da raça e do meio tropical? De que maneira suas concepções sobre os grupos humanos fortaleceram leituras racialistas na Geografia Escolar do período?

Ressalta-se que considerar a história do ensino de Geografia no Brasil como campo de pesquisa é fundamental para compreender a consolidação e o desenvolvimento dessa disciplina escolar. Como enfatiza Meneses (2015), a Geografia Escolar passou por diferentes bases teórico-metodológicas no contexto institucional educacional, e as transformações sociais ocorridas ao longo da história da educação no Brasil constituem vias importantes para a compreensão da Geografia na atualidade. É relevante reconstituir a história da Geografia Escolar para captar os desdobramentos de sua constituição nas práticas docentes, na elaboração de materiais didáticos, na investigação sobre influências paradigmáticas da ciência geográfica e no fortalecimento de concepções teórico-metodológicas em sua institucionalização como disciplina escolar.

A partir da fundamentação de uma “Geografia Moderna” nas escolas, foi possível formar uma ciência mais homogênea no que se refere à organização dos conhecimentos sistematizados. A elaboração de conceitos próprios construiu um material empírico relevante e desenvolveu instrumentos teóricos, ainda que estes demandem contínuo questionamento e reinterpretação (cf. Meneses, 2015). Nesse sentido, entendemos que, para professores pesquisadores do ensino de Geografia, é fundamental atentar para as práticas discursivas e materiais didáticos em todos os momentos históricos que perpassam a ciência geográfica, bem como para como tais práticas repercutiram e ainda repercutem no ambiente escolar. Lançar luz sobre as proposições de Delgado de Carvalho permite tal vislumbre, dado o papel que exerceu na institucionalização da Geografia Escolar no Brasil.

Este artigo está estruturado em quatro partes. Inicialmente, situa a atuação de Delgado de Carvalho no contexto do Brasil republicano das primeiras décadas do século XX, abordando sua formação intelectual e os principais debates nos quais esteve inserido. Em seguida, são abordadas as reformas do ensino de Geografia e o papel de Delgado de Carvalho nesse processo. Posteriormente, analisa os fundamentos de sua interpretação geográfica, com ênfase no conceito de “região natural” como operador central para a compreensão da integridade e da unidade do território nacional. Por fim, examina como suas noções sobre diferenças raciais e étnicas articulam-se com a ideia de regionalidade, investigando de que maneira a categorização das “raças” foi espacializada e disseminada por meio de seus manuais didáticos de Geografia, contribuindo para a naturalização de hierarquias no imaginário nacional.

Delgado de Carvalho no Brasil Republicano

Delgado de Carvalho nasceu na França em 1884, onde seu pai, diplomata, exercia o cargo de secretário do consulado brasileiro. Com o surgimento da República e a posição avessa do pai acerca desse novo regime político no Brasil, permanece toda sua infância e juventude na França, com uma breve passagem pela Inglaterra. Nesse período, inclusive, serviu o exército francês, o que lhe custou a cidadania brasileira (Costa, 2008).

Sua formação acadêmica, nesse contexto, ocorreu na *École Libre de Sciences Politiques* (Paris), onde se formou em ciências políticas, com uma breve passagem pela *London School of Economics* na Inglaterra. Delgado de Carvalho chega ao Brasil nas primeiras décadas do século XX, com o intento de elaborar sua tese de doutoramento pela *École Libre*. É a partir desse trabalho inicial que publicou em 1910 o livro *Le Brésil Meridional* e, em seguida, com uma leitura ampliada de seu livro em francês, elabora para o ensino de Geografia, o livro *Geographia do Brasil* (1913). Deve-se mencionar que essa obra obteve sucessivas edições e, conseqüentemente, modificações, o que evidencia o desenvolvimento e complexificação dos estudos do autor sobre o Brasil e as transformações no campo disciplinar da Geografia e do ensino nessa disciplina.

Ao permanecer no Brasil, Delgado de Carvalho realiza um percurso por várias instituições ligadas ao campo científico e educacional. De acordo com Zusman e Pereira (2000), a atuação do autor ocorreu notadamente na elaboração de projetos acadêmicos, especialmente, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ). Ele é o principal organizador da Escola de Altos Estudos, que funcionou no IHGB de 1916 a 1918, que possuía como objetivo formar quadros dirigentes para o país – o que, inclusive, iria inspirar o projeto de uma Faculdade de Filosofia e Letras. No âmbito da SGRJ, Delgado de Carvalho é um dos membros da comissão pedagógica que organizou o Curso Livre Superior em Geografia, destinado a professores do ensino primário. Instituído em 1926, o curso foi concebido com o objetivo de formar e atualizar os professores nos conhecimentos da “Geografia Moderna”. É justamente nesse contexto que o autor publica um de seus principais livros destinado ao método do ensino de Geografia, *Methodologia do ensino Geographico* (1925)

Tendo em vista a atuação nos meios científicos, Delgado de Carvalho também é nomeado conferencista nas Escolas de Intendência e do Estado-maior do Exército (1921) e passa também a atuar como professor no magistério público, no Colégio Pedro II e na Escola Normal. Deve-se destacar que esse processo ocorre em consonância com as

reformas educacionais em vigência nos anos 1920 no Brasil propiciados pelo movimento escolanovista, do qual Delgado de Carvalho participa ativamente. Na década de 1930, já bastante prestigiado, foi credenciado a cargos oficiais do governo, mais precisamente no Conselho Nacional de Educação (1931) e no Conselho Nacional de Geografia (1937), como representante do Ministério da Educação e Saúde.

Delgado de Carvalho foi um eminente pesquisador e dinamizador do cenário científico nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Como já apontado, o autor se colocou à frente de um processo de consolidação e afirmação da Geografia como uma disciplina científica e escolar. Isso não somente ocorreu por meio dos cursos de formação de professores de Geografia, desenvolvidos no IHGB, mas também com a própria elaboração dos livros e manuais didáticos. Com suas obras, Delgado de Carvalho foi o principal divulgador da Geografia nas instituições básicas de ensino. Tendo em vista sua influência e atuação no Colégio Pedro II, teve suas obras, conseqüentemente, sua perspectiva de Geografia, difundida para o restante do país (cf. Ribeiro de Carvalho, 2014).

Delgado de Carvalho, com sua “Geografia moderna”, oferece proposições para aprimorar teórica e metodológica a Geografia lecionada no ensino secundário. O conteúdo geográfico desse nível se baseava, segundo sua interpretação, em um conhecimento descritivo e mnemônico, que priorizava as descrições e se preocupava exacerbadamente com as fronteiras político-administrativas, internas e externas da nação. O autor, assim, a partir da bagagem adquirida em sua formação na França – aliada às suas inquietações com as questões territoriais, humanas, econômicas e culturais brasileiras, traz para os debates de ensino uma Geografia que buscava extrapolar a descrição dos fenômenos, ao buscar “explicações científicas” para os mesmos.

Como se percebe, a produção e trajetória de Delgado de Carvalho é bastante ampla e multifacetada, mesmo nessa primeira fase de sua carreira no Brasil. De tal modo, focamos na produção do autor dedicada a estabelecer uma leitura geográfica do Brasil na Primeira República e conformar um projeto para o ensino da Geografia no país, o que compreende o período de 1910 a 1930, especificamente na obra *Geographia do Brasil* (1913) e suas sucessivas impressões e revisões. Tendo em vista a conjuntura nacional brasileira do período e o próprio desejo de estabelecer a Geografia como uma disciplina científica e escolar, as obras de Delgado de Carvalho coadunam perfeitamente com os anseios e desejos das elites do momento, ao apresentar uma leitura que indicava, sobretudo, a unidade nacional e, de alguma forma, valores patrióticos. Ainda, assim, é fundamental entendermos as reformas no Ensino brasileiro nesse período, para

compreendermos as proposições de Delgado de Carvalho nesse período histórico.

Reformas no ensino e a Geografia de Delgado de Carvalho

O projeto por uma educação nacional, calcada no patriotismo e na concepção liberal republicana se fez presente no Brasil no início do séc. XX. Esse projeto, por sua vez, valorizava a democratização de acesso à instrução para os cidadãos, refletindo, assim, um ato de "civildade" e proximidade com os ideais europeus de sociedade republicana. Segundo Angelo (2018), gestores de políticas educacionais defendiam a adoção de uma educação nacional articulada ao ensino das disciplinas escolares de forma particularizada, dentre as quais a Geografia.

Comungamos com a afirmação de Romanelli (1993) ao dizer que a intensificação do capitalismo industrial determinou o surgimento de novas exigências educacionais. Com mudanças no setor econômico, a educação passa a ser considerada um importante recurso que poderia modificar a herança cultural dos brasileiros. No entanto, a expansão do sistema de ensino e das escolas formais resultou em um processo improvisado, frágil

com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação. É por isso que cresceu a distribuição de oportunidades educacionais, mas esse crescimento não se fez de forma satisfatória, nem em relação à quantidade, nem em relação à qualidade (Romanelli, 1993, p. 61).

De certo modo, evidencia-se que a reforma educacional deste período buscou fortalecer o discurso liberal e positivista, calcado em ideais de desenvolvimento e progresso, no entanto, acabou por acirrar as diferenças sociais no cerne das instituições formais de ensino, ainda reprodutora de uma herança academicista e aristocrática. A criação do Colégio Pedro II e outros Lyceus por todo o território nacional representa a institucionalização de um modelo elitista, ainda pouco acessível às camadas populares e negras.

No entanto, consideramos fundamental o entendimento sobre a história da educação e, sobretudo, da geografia escolar na constituição de um campo do conhecimento no cerne da ciência geográfica. A perspectiva "moderna" adentrou a epistemologia da Geografia, mas foi a partir da Geografia Escolar – e das Sociedades e Institutos Geográficos – que ela se fez presente, tendo em vista que nas primeiras décadas do séc. XX ainda não existiam as Faculdades de Geografia

De acordo com Angelo (2018), havia um discurso defendido por intelectuais e

políticos da época em prol de uma educação nacional, mas também reforçando as especificidades das disciplinas escolares, como foi o caso da Geografia. Para eles, era imprescindível a esta disciplina reforçar as questões nacionais, os relatos e estudos de brasileiros e a difusão de representações das paisagens do país. A autora destaca o trabalho de José Veríssimo e outros autores na organização deste projeto para o ensino de Geografia e pela construção de uma escola moderna. Portanto,

visando profundas reformas no ensino dessa disciplina sob os pressupostos de uma Geografia escolar de base científica e moderna, os autores apontam para a importância de inserir o homem nos estudos da Geografia e faz menção à importância de adoção de novos procedimentos e recursos metodológicos, a exemplo do trabalho com os traçados topográficos da escola e da circunvizinhança; das práticas de excursões escolares; do uso de cartas, globos, atlas e planisférios murais a partir da pedagogia de Pestalozzi, propondo a aplicação de métodos intuitivos por meio das lições de coisas e o estudo da Geografia partindo da realidade do aluno (Angelo, 2018, p. 132).

Evidencia-se, neste excerto, a importância de recursos metodológicos coniventes com novas concepções sobre o ensinar, numa perspectiva moderna, atualizada e “civilizada”. A grande diferença é que essa nova concepção se centrava em uma maior descrição e apresentação de informações sobre o território nacional, inclusive como um dever patriótico, do qual a Geografia se apresentava como importante aliada institucional.

De acordo com Melo e Cuani Jr (2020) os livros didáticos desse período, denominados manuais, prescreviam aspectos da didática escolanovista que prezava a atuação do aluno como elemento fundante do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, “a aprendizagem poderia ocorrer por meio de algo concreto, que possibilitasse observar a natureza, ou [d]a utilização de materiais didáticos capazes de auxiliar os alunos terem lembranças de paisagens ou compreenderem elementos geográficos” (2020, p. 04). A proposta consistia, portanto, em garantir uma formação integral para os alunos e, como destacam Melo e Cuani Jr (2020), abriu a possibilidade de justapor elementos da geografia física, da geografia humana e aspectos culturais.

Em meio às transformações no escopo e na essência da Geografia Escolar do início do séc. XX, o projeto de Delgado de Carvalho para a Geografia escolar brasileira dava ênfase ao fator humano, pois em sua visão a Geografia teria como objeto o estudo da terra como o habitat do “homem” (Carvalho, 1925, p. 04). Como nos indica Albuquerque (2011), o projeto de Delgado de Carvalho, que dava ênfase a análise da relação entre “homem” e o meio, de alguma forma fortalecia o ensino dos acontecimentos e das realidades locais dos alunos, uma vez que seu objetivo de ensino

se pautava nos construtos e ideais da Escola Nova ao valorizar o indivíduo e sua trajetória no entendimento da realidade objetiva.

É importante afirmar que Delgado de Carvalho foi um importante defensor de um ensino de Geografia científica apontando para o estudo fisiográfico no entendimento das paisagens, bem como em uma abordagem antropogeográfica para a compreensão das populações no espaço geográfico. Rocha (2000) enfatiza que para este autor a Geografia no escopo da modernidade visa estudar o universo em relação aos seus habitantes e não estudar o universo e seus habitantes, como apresentava a Geografia Escolar pautada no paradigma tradicional. Além desse ponto, Carvalho defendia o estudo do meio em que o aluno estava inserido, bem como, uma geografia patriótica que valorizasse os aspectos nacionais na relação “homem” e meio, fortalecendo uma geografia política com foco na análise de grupos humanos e distribuição das raças/etnias no território brasileiro.

Nesse sentido, é importante enfatizar que os debates racialistas também permearam as reformas educacionais, especialmente no que diz respeito à composição racial da nação brasileira. De acordo com D’Avilla (2006), no livro “Diploma de Brancura”, a educação nas décadas de 1920 e 1930 não apenas reproduziu uma hierarquia racial, mas também desempenhou um papel ativo na promoção do branqueamento como solução para o “progresso” da nação. O sistema educacional visava transformar as práticas e a cultura das classes trabalhadoras e negras, naturalizando a ideia de que a civilização dependia da adoção de padrões culturais eurobrancos. Assim, a educação tornou-se um instrumento para disseminar a ideia de que o sucesso e o desenvolvimento nacional dependiam da assimilação de valores europeus e da exclusão ou subordinação de identidades raciais consideradas inferiores (negros, indígenas, mestiços etc.). É nesse sentido que Delgado de Carvalho, influenciado por teorias raciais, estruturou uma Geografia que reforçava a centralidade do “homem” no meio, porém sua visão estava profundamente marcada por ideias de branqueamento e racialização, refletindo as tensões e contradições dessas reformas educacionais.

Por outro lado, algo que deu ressonância a essa visão racialista, Delgado de Carvalho também se engajou no projeto republicano de produção da nação e buscou construir uma Geografia Escolar apta à consolidação do nacionalismo patriótico. Frente a isso deve-se ressaltar que o geógrafo havia se formado e foi afetado pelo conjunto de reformas educacionais na França no fim do séc. XIX que buscaram instrumentalizar a Geografia no ensino básico como um dispositivo para gestar sentimentos nacionalistas entre os alunos. Partindo dessa experiência prévia e encontrando ressonância nos debates em voga no Brasil, o autor “defendeu a posição de que a geografia pátria deveria ser a

base e o ponto de partida dos estudos sobre a fisiografia e a geologia do globo terrestre, sugerindo aos professores que não se alongassem nas explicações sobre assuntos sem aplicação ao Brasil” (Rocha, 2000, p. 7). Referente a isso, diz o próprio Delgado de Carvalho que

deixemos o estudo mais detalhado das geleiras aos estudantes suíços e o exame circunstanciado dos vulcões aos japoneses [...] insistamos, em compensação, sobre climatologia tropical, sobre tipos de formação litorânea, recifes etc. [aspectos específicos ao Brasil] (Carvalho, 1925, p. 7).

Tendo em vista que Delgado de Carvalho estava integrado e era um dos atores centrais desse movimento de “modernização” da Geografia à serviço da pátria, cabe entrarmos mais a fundo em sua concepção de Geografia, em especial sobre sua noção de região - conceito central para o pensamento geográfico à época.

A “Região Natural” pela integridade nacional

Ainda que as instituições e discursos sobre a nação nas primeiras décadas do século XX fossem um campo aberto e em disputa, tendo em vista as intensas transformações, Delgado de Carvalho teve que justificar e demonstrar a capilaridade de suas perspectivas no âmbito da Geografia disciplinar. De acordo com Zusman e Pereira (2000, p. 3-4), no enfrentamento dos desafios para “assegurar a presença e a continuidade da geografia no sistema escolar; outorgar cientificamente o conhecimento geográfico; e conferir a este conhecimento, identidade e autonomia frente a outras disciplinas”, Delgado de Carvalho concebe e associa concepções das “geografias nacionais” alemãs e francesas, numa “geografia humana baseada no estudo da relação homem-meio”. Nessa direção, Delgado de Carvalho “lança mão da mesma estratégia epistemológica utilizada por Vidal de La Blache, quando, empenhado em garantir unidade e identidade para a ciência geográfica nascente, definiu-lhe claramente um objeto – a região – e um método - a síntese regional”.

Assim, a “região natural”, como uma noção epítome, é entendida por Delgado de Carvalho como a

subdivisão mais ou menos precisa e permanente que a observação e investigação permitem criar numa área geográfica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível o jogo natural das forças em presença e colocando a síntese assim esboçada sob o ponto de vista especial do fator humano nela representado (Carvalho, 1925, p. 82).

Buscando localizar a Geografia no domínio das ciências naturais, a “região natural” emerge como o produto do meio físico-natural, ao tempo que articula todos os seus aspectos (relevo, hidrografia, clima, vegetação etc.). Nesse arcabouço teórico, o componente humano se insere como um “fator” que, ao tempo que possui uma importância fundamental nos processos, é subordinado às forças naturais, como qualquer outro integrante do *habitat* (cf.: Zusman; Pereira, 2000).

Delgado de Carvalho, ao tratar da “região natural”, sugere soluções para os problemas de unidade nacional da época. O Brasil era visto como um país de dimensões continentais composto por uma ampla e desarticulada diversidade natural e humana. Frente às visões europeias sobre nação que enfatizavam a sobreposição de um povo sobre um meio natural, isso era visto como um entrave na formação e para a unidade nacional brasileira. Tendo isso como horizonte, Delgado de Carvalho enfatiza e argumenta que a diversidade que envolvia as regiões naturais brasileiras estava articulada em um todo; ainda que diferente em sua natureza, cada região se complementava e interdependia das outras. Com isso, o autor reforça um ideário de unidade nacional que justapunha à heterogeneidade ecológica interna ao território nacional. Em suas palavras:

Afastando assim a idéia de os Estados teoricamente iguais e equivalentes, tais como estão na Constituição, passaremos a salientar os **fatores de diferenciação, de diversificação, que fazem se completar entre si as zonas nacionais**. Mais eloquente e mais necessária **aparecerá a idéia sacrossanta da união que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força** (Carvalho, 1925, p. 88, grifo nosso).

Enfim, como destacam muito bem Zusman e Pereira (2000, p. 5) acerca das discussões de Delgado de Carvalho sobre a “região natural” nas primeiras décadas do séc. XX:

A noção de região natural atende, portanto, a duas importantes exigências que recaem sobre o discurso geográfico naquele momento. Dotada de um “conteúdo pátrio”, afina-se inteiramente com o viés nacionalista que permeia este discurso. Como construção conceitual que confere à geografia uma aura de cientificidade e uma identidade própria, aparece como componente chave no campo didático. Através dela, Delgado de Carvalho resolve com relativo êxito os dilemas que ameaçavam a disciplina [Geografia].

Para além de resolver o problema da unidade nacional através do discurso geográfico, tanto no campo ideológico quanto educacional, outra questão que emerge nas leituras de Delgado de Carvalho é o da diversidade humana contida pelo território brasileiro, algo que o autor buscou interpretar através dos “tipos étnicos e raciais”

presentes nas “regiões naturais”.

“Regionalidade” das raças nos livros didático de Geografia

Os livros didáticos no início do séc. XX – como instrumentos difusores de conteúdos e uma visão de ciência no ensino básico –sumarizavam uma série de debates, não somente teórico-científicos, mas, também, de cunho político ideológico que vinham ocorrendo na/sobre a nação brasileira. Se, supostamente, o alvoroço de “fazer a nação” já se encontrava em arrefecimento nos anos de 1920 (cf.: Schwarcz, 2013), o empreendimento para consolidar e difundir uma ideia de nação moderna se encontrava em seu auge. Nesse âmbito, a educação, impregnada com um forte discurso nacionalista, foi um instrumento estatal para fixar sentidos e significados da nação brasileira (Vlach, 1988). Delgado de Carvalho, através dos seus manuais didáticos, bem como, pelos programas de ensino de Geografia para o Colégio Pedro II, ajudava a propagar esses discursos nacionalistas (cf.: Pires, 2006; Zusman; Pereira, 2000; Rocha, 2000; Albuquerque, 2011).

Como indica Ribeiro de Carvalho (2014), a Geografia Escolar, principalmente pelos livros didáticos, se insere nesse processo buscando difundir um discurso patriótico-nacionalista abordando temas relativos à “natureza”, às fronteiras dos “territórios”, à “civilização-modernidade” e ao “povo e cidadania”. Nos restringindo aos temas povo e cidadania, para geógrafos, não houve como evitar o debate relacionado a condição racial do “povo”, aspecto visto como fundamental e problemático na composição da nacionalidade brasileira. Este, ainda, era um tema que atormentava os homens de ciência e os homens da política, acerca do qual se buscava uma solução. Todo esse debate foi expresso, explícita ou implicitamente, nos livros e manuais didáticos de Geografia produzidos no período.

Delgado de Carvalho, por exemplo, em seus livros didáticos ou voltados para o ensino, traduziu para sala de aula, por meio de uma linguagem geográfica, as discussões raciais ou étnicas sobre “o povo” e a “população brasileira” que vinham ocorrendo entre a *intelligentsia* brasileira do fim do séc. XIX e início do XX, algo que buscou interpretar e articular à sua noção de “região natural”.

Nesse sentido, primeiramente, Delgado de Carvalho reconhecia e aceitava as ideias que afirmavam as diferenças raciais e étnicas no interior da humanidade. Isso é algo ambíguo na maneira como é abordado nas várias edições de *Geographia do Brasil* (1913, 1923, 1927, 1930), uma vez que ele não cita suas referências para definir essas

categorias, mas, a “raça” é utilizada para se remeter aos “caracteres físicos” e fenotípicos dos sujeitos/grupos, enquanto etnia para qualificar os grupos sociais e populacionais, em especial as nacionalidades (cf. Carvalho, 1913, p. 134)². Ainda assim, em vários momentos e passagens essas categorias são utilizadas como sinônimos.

Diante disso, dois aspectos podem ser notados na maneira como Delgado de Carvalho aborda as diferenças humanas em suas discussões: primeiramente, revela um posicionamento “monogenista” do surgimento da humanidade, ou seja, que a despeito das diferenças toda a humanidade possui uma origem em comum³; e, segundo, compreende o meio natural como um dos elementos determinantes no processo de formação e diferenciação dos “tipos raciais” no interior da humanidade. O autor, assim, coaduna com a perspectiva que afirmava a existência de “tipos sociais humanos” mais adequados para cada meio natural específico ou para as diversas “exigências naturais”. Em seus próprios termos, “cada região [natural] forma um tipo social humano, amoldado as suas exigências naturais” (Carvalho, 1930 [1913], p. 242).

Na interpretação de Delgado de Carvalho, de acordo com seu “esboço ethnographico”, a população brasileira é formada por três tipos étnicos/raciais: os “grupos indígenas”, o “elemento africano” e o “elemento europeu”. Essa era uma ideia bastante popular e corrente entre os pensadores brasileiros desde o século XIX. Ainda assim, baseado em Sílvio Romero, esses “elementos” são interpretados de forma hierarquizada e toda a argumentação coloca em condição de destaque e superioridade o “elemento branco”, pois que, “entre nós cabe o primeiro lugar na formação de nossa sociedade ao *elemento branco*, especialmente ao **elemento português** que colonizou o Brasil” (Carvalho, 1923, p. 129, destaque no original)

Uma das questões que atravessa suas discussões acerca da formação dos “tipos humanos” é a mestiçagem. Como evidencia uma bibliografia ampla (Hofbauer, 2006; Banton, 1998; Skidmore, 1976), nesse momento, mesmo que fosse possível (equivocadamente) prever a aptidão de cada “raça”, o que a mestiçagem resultaria no futuro ainda era uma incógnita para cientistas, conseqüentemente, para políticos. Assim, nesse contexto, as discussões e proposições de Delgado de Carvalho são forjadas essencialmente pelos debates que vinham ocorrendo em torno desse assunto na própria

² Notamos aqui uma similaridade entre as concepções de raça e etnia apresentadas por Vidal de La Blache (1954, p.366) em sua obra póstuma, *Princípios de Geografia Humana*. Isso talvez seja o indício de que existia uma circulação desses debates e concepções sobre esses temas no interior da Geografia francesa durante o início do século XX, algo que Delgado de Carvalho mobilizou para refletir sobre o Brasil (ver Cirqueira, 2020).

³ Sobre o debate em torno do monogenismo e poligenismo nas ciências racialistas do fim do séc. XIX e início do XX ver Schwarcz (1993), Livingstone (1991), Hofbauer (1996) e Banton (1998).

realidade brasileira. Em meio a visões que flutuavam entre o otimismo e o pessimismo sobre mestiçagem entre nós, o autor se coloca do lado da primeira. Delgado de Carvalho coaduna com autores proeminentes à época como Sílvio Romero, Oliveira Vianna, João Batista de Lacerda, dentre outros, que acreditavam que a mestiçagem não era degenerante, mas sim, um processo passageiro, cujo fim seria marcado pela prosperidade na medida em que resultaria uma sociedade mais branca e civilizada. Algo que, entretanto, é novo acerca dessa discussão, é o encadeamento que o geógrafo realiza entre a dimensão regional e o caldeamento racial. Vejamos mais a fundo essa operação.

A princípio, Delgado de Carvalho afirma que a mestiçagem não cria "tipos raciais" novos, pois, os indivíduos gerados em processos de mistura racial tendem a regressar ao "tipo primitivo". Os mestiços, assim, "não são, pois, uma raça nova; são idênticos entre si e nas suas gerações sucessivas não guardam fixidez no tipo, sendo sempre a tendência voltar a um dos tipos primitivos, ao mais perfeito física ou intelectualmente, sendo frequente às vezes a tendência a sobrepujar esses tipos" (Carvalho, 1923, p.124).

Aqui, certamente seguindo o posicionamento de autores que buscavam remover o determinismo fatalista da ideia de "mestiço" existente no Brasil, Delgado de Carvalho destitui da mestiçagem o fator degenerante ao tempo que a flexibiliza. A estratégia do autor é ressaltar que a mestiçagem não é um processo rígido que gera sujeitos perenemente degenerados – como a ciência racalista europeia pregava, mas que, contudo, era um processo passageiro que tendia à estabilização, por regressar, inevitavelmente, a um dos "tipos primitivos" da mistura.

Apesar desse ponto de vista, de alguma maneira Delgado de Carvalho expressa um ideário de superioridade biológica branca no processo de mestiçagem, o que tenderia ao processo de branqueamento da população. Como ele afirma, no processo de mestiçagem, mais exatamente no resultado do cruzamento entre o branco e o negro, os sujeitos tendem a afastar-se do "tipo africano" e convergir para o "tipo branco". Ao se referir a migração europeia para o Brasil, ressaltou que "os europeus desembarcados em nossos portos" poderiam "ativar o cruzamento de nossas raças e afirmar a preponderância da raça branca na mestiçagem" (Carvalho, 1930, p. 130).

Algo que parece inusitado em sua leitura, no entanto, é a afirmação de que em alguns casos, o processo de miscigenação poderia gerar sujeitos que superariam os próprios "tipos primitivos". O melhor exemplo disso seriam os "mulatos", pois, "são os tipos de beleza mestiça, com formas graciosas e bem proporcionadas. O mulato não herda a forte complexão física do negro primitivo, porém é mais inteligente e mais

audaz, sobrepujando frequentemente o branco”⁴.

As leituras e análises sobre o mestiço e a mestiçagem de Delgado de Carvalho estão fundamentadas no antropólogo João Batista de Lacerda, efetivamente, pelo texto *Sur le métis au Brésil* (Sobre os mestiços no Brasil), apresentado no *Premier Congrès Universel des Races* (O Primeiro Congresso Universal das Raças), realizado em Londres (1911). De tal modo, não somente a ideia de que negros – e de alguma maneira, mestiços – desapareceriam em breve, como concepções que identificavam essência moral e subjetiva específicas em cada “typo racial” estão presentes em partes de seu texto. Por exemplo, há a afirmação de que o mestiço estaria mais propenso ao “trato com as artes”, em detrimento do “trabalho”:

[O mestiço] não tem em geral grandes qualidades para o trabalho dos campos. ‘Também jamais mostraram aptidão para a vida comercial e industrial, diz o Dr. J.B. de Lacerda (no Congresso Universal das Raças em Londres, 1911); geralmente, acrescenta ele severamente, dissipam sua fazenda, são irrefreavelmente inclinados á ostentação, pouco práticos nos negócios, versáteis, sem perseverança nas empresas. Ninguém de resto lhes pode negar viva inteligência, tendências literárias e científicas, capacidades políticas (Carvalho, 1923, p. 124).

Na medida em que Delgado de Carvalho pensa a conformação dos “typos sociais humanos” instituído pelas “exigências” do meio, conjuga sua concepção das “regiões naturais” brasileiras à ideia da conformação dos “typos sociais humanos” regionais. Assim, cada “região natural” brasileira “forma um tipo social humano, amoldado a suas exigências naturais” (Carvalho, 1930, p.242). Em suma, o meio define e regula também a formação dos vários tipos de mestiços. Dentre estes, os mais comuns e característicos na realidade brasileira são: “o mameluco” dos platôs centrais; “o gaúcho sulista”; “o jagunço” do semiárido nordestino; e “o caboclo” amazonense.

Baseado em Euclides da Cunha, Carvalho dá ênfase ao jagunço, que “formou-se no isolamento, conservando intactas as arcaicas tradições peninsulares, é menos religioso do que supersticioso, visionário, triste”. Esse tipo, assim, “é vaqueiro, vive e morre na terra que não lhe pertence, trabalhando fielmente para o fazendeiro que vive no litoral como os sesmeiros dos tempos coloniais”. Em sua concepção, bastante euclidiana, o jagunço é “um lutador heróico contra o meio, contra a seca e só emigra para o litoral, quando mortos os bois e a vegetação, não há mais esperança: quando vem a chuva, volta

4 Essa ideia de que o mestiço “sobrepuja” os “typos primitivos” que lhe deram origem está fundada em Lacerda (1911). Vejamos: “Uma força obscura, desconhecida, faz aflorar neles [mestiços] uma inteligência capaz de atingir um desenvolvimento que não era apanágio de nenhum dos seus pais. É comum, com efeito, ver-se nascer de um branco, dotado de inteligência medíocre, cruzado com uma negra das mais incultas, um rebento possuindo altas qualidades intelectuais, como se um dos efeitos da mestiçagem no homem fosse precisamente afinar a inteligência, sem elevar as qualidades morais e afetivas, próprias aos indivíduos das duas raças cruzadas” (LACERDA, 1911, p. 14, tradução livre).

saudoso para a terra ingrata” (Carvalho, 1923, p. 127).

Por outro lado, Delgado de Carvalho considera os caboclos, dos “*typos humanos*” regionais, os mais “notáveis” do ponto de vista da hibridização, pois, “dos quais existem vários tipos característicos devido não somente as diferenças de dosagem que houve na mestiçagem como também e principalmente a influência [sic] dos meios geográficos em que se operaram os fenômenos étnicos” (Carvalho, 1923, p. 125).

Delgado de Carvalho, mesmo que ressalte as qualidades dos “*typos de mestiço*”, ainda advoga pela superioridade e preponderância do “*typo branco*” no processo de mestiçagem. Nesse contexto, o autor não somente se posiciona a favor do incentivo da migração de europeus brancos para o país, como conforma um discurso geográfico que visa e prevê o branqueamento da nação. Diz ele:

os elementos brancos puros anualmente trazidos ao Brasil pela imigração, a seleção sexual, a ausência entre nós do prejuízo de raças tão arraigado nos povos anglo-saxônicos, são fatores da extinção dos mestiços. Antes de um século, é provável que a população brasileira será em grande maioria branca e que estejam extintas as raças africana e americana (Carvalho, 1923, p. 128)⁵.

Contudo, a despeito da certeza de um futuro branqueado da população brasileira, Delgado de Carvalho também destaca que o processo de caldeamento não ocorreria sincronicamente em cada região. As diferenças regionais no Brasil, algo que estava relacionado com os aspectos da população, deixavam mais complexas as projeções de branqueamento, em especial de Lacerda (1911), pois, esse processo se daria de acordo com as características de cada região. Como exemplo, diz o autor:

nos planaltos mineiros os escravos negros dos tempos das minas deixaram pouca descendência porque o reduzido número de mulheres não lhes permitia constituir família. Misturando-se, pois cedo aos mestiços sertanejos. Já no litoral baiano, não se deu o mesmo facto por ser justamente a Bahia o mercado de escravos mais importante do Brasil (Carvalho, 1923, p. 122).

Delgado de Carvalho chama a atenção para a má distribuição dos migrantes europeus no país, estes se concentrando no Sul do país. Em sua perspectiva, assim como para outros autores da época, a concentração de imigrantes no Sul era um perigo para a unidade nacional, pois, poderiam ocorrer movimentos separatistas, principalmente nas

5 Para justificar suas afirmações sobre a absorção e extinção de negros e indígenas, Delgado de Carvalho se utiliza das estatísticas, algo que tem muito a ver, mais uma vez, com Lacerda. Vejamos na citação: “Entretanto devido à diminuição e a absorção do elemento africano representava em 1872 apenas vinte por cento da população brasileira a raça negra. Hoje representa esse elemento mais ou menos oito por cento da nossa população, o que prova quanto está adiantada a absorção lenta do sangue africano entre nós”. (Carvalho, 1923, 121-122).

comunidades alemãs⁶.

Caímos aqui num outro problema étnico que não deixa de ser perigoso: é o desequilíbrio que vai se acentuando entre as populações mestiças do Norte e a imigração crescente do Sul, ajudando assim a diferenciação dos meios. Com certo exagero pode se chamar esse fenômeno o perigo alemão. Aos brasileiros cabe, por conseguinte distribuir melhor pelo território nacional os elementos e procurar assimilá-los quanto antes pelo contacto dos trabalhadores nacionais. (Carvalho, 1923, p. 132)

Por fim, deve-se destacar a ambiência de debates na qual Delgado de Carvalho se encontrava envolto. O geógrafo tinha como interlocutores e referências teóricas para pensar o Brasil autores que tinham uma visão racista da população brasileira e que enfatizavam ao máximo a necessidade do branqueamento da nação para o desenvolvimento e o progresso. Isso pode ser percebido em sua nota de referências:

Hoje em dia encontramos nos nossos autores ambições diferentes, novos rumos. Continua-se a documentação necessária, mas pára-se também a fim de dar vistas de conjunto, estabelecer ideias gerais, esboçar interpretações. Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Sylvio Romero, Oliveira Vianna, Calogeras, Escragnolle-Taunay, Arrojado Lisboa, Basilio de Magalhães, Backheuser, Theodoro Sampaio, Lemos Britto, Roquette Pinto e muitos outros estabelecem relações íntimas entre a história e a geografia; á luz dos dados econômicos que se multiplicam e se precisam, vão observando os legados indigestos do século passado sob o prisma econômico e vão dando á história e á geografia do Brasil uma luz e uma vida que o tornam singularmente vibrante e significativo. (Carvalho, 1925, p. 35)

Grande parte dos autores mencionados por Delgado de Carvalho eram autores que advogavam e teorizavam sobre o incentivo do Estado para a migração europeia para o país e, conseqüentemente, para o branqueamento da população. Esse grupo de autores acreditava que esse seria um dos movimentos que nos levaria, enquanto nação, ao progresso e ao desenvolvimento.

Delgado de Carvalho, apesar de reivindicar a mais “moderna geografia”, não conseguiu superar uma visão racista sobre grande parte da população que aqui habitava – negros, indígenas e mestiços. Reproduziu, a partir de um viés geográfico, as teorias racialistas sobre a nação e somente reforçou a ideia hegemônica corrente que, um futuro desenvolvido, moderno e civilizado para a pátria; era um futuro branco.

Além destes elementos, a unidade do território era um dos problemas que se apresentava, pois, uma vez que este deveria se sobrepôr a unidade moral e social do

6 Note-se que no período que emergem os escritos de Delgado de Carvalho o Estado alemão decreta que alemães eram os povos que falassem a língua alemã, não necessariamente, que vivessem em solo nacional alemão. Isso gerou um alarde entre as elites políticas brasileiras, que viram aí uma possível ação imperialista de expansão territorial por parte do governo alemão (cf.: Seyferth, 2005)

país, tensionava com a diversidade (física e humana) e a larga extensão do território brasileiro. Delgado de Carvalho buscou conformar uma teoria da totalidade territorial brasileira ao considerar as distinções regionais como âmbitos espaciais conectados. Por outro lado, ele buscou pensar a diversidade e diferença racial como um dos elementos de composição humana de cada “região natural” do país, para o que se fundamentou nos vários pensadores que vinham teorizando sobre os aspectos raciais do “povo brasileiro” à época. Do mesmo modo, ele elegeu para difundir esses resultados de cunho nacionalista a escolarização que ganhou papel de destaque no período, pois, ainda se colocava em questão a padronização da língua, da literatura nacional e da caracterização do povo - ou seja, uma integração nacional também simbólico-cultural. No âmago desse debate, o progresso e a modernização da nação emergiram como um ideal a ser atingido, algo que só poderia ser alcançado mediante o estabelecimento da unidade moral e a integração do território.

Considerações finais

Forjada na Europa, a ideia geral de “nação” previa a homogeneidade e sobreposição de cultura, do povo e da natureza contidos em um território. Esse conceito foi exportado para o resto do globo por uma geopolítica do conhecimento que se encapsulava no sistema mundo moderno-colonial. No entanto, essa idealização não se aplicava nem mesmo aos próprios países europeus, fracionados internamente em todos os sentidos por minorias étnicas (Hobsbawn, 1991; Elias, 1997; Gellner, 1983); a ideia de nação soava e soa mais como rumações imagéticas do que propriamente como uma realidade palpável. No entanto, principalmente os países ex-colônias perseguiram essa idealização até as últimas consequências e isso pode ser visto, sobretudo, no caso brasileiro.

Diferente dos autores do fim do séc. XIX e início do séc. XX que se limitaram a pensar uma ideia abstrata da homogeneidade nacional, Delgado de Carvalho se debruçou sobre a tarefa de legitimar essas proposições e pensar formas de torná-las mais concretas. Sem dúvida, partindo de uma perspectiva geográfica, o que lhe tocou diretamente foi a homogeneidade territorial tendo em vista a extensa e gritante diversidade brasileira. A saída foi: a despeito da diversidade e diferenças regionais, estas estavam conectadas e se auto influenciavam.

Todavia, apesar dessa saída, o autor permanecia informado pelas teorias

racialistas e o povo - em consonância com a natureza - ainda era um impasse na “comunidade imaginada” brasileira. Ainda que tenha sido astucioso no que se refere a afirmação da totalidade articulada do território, no que se refere ao povo, na medida que se fundamentou no debate hegemônico que vinha ocorrendo no Brasil à época, suas soluções permaneceram reacionárias e, de alguma forma, racistas. Para o autor, deveria ser incentivado a migração da população europeia branca, “civilizada e superior”, para desenvolver a nação brasileira. Desse modo, Delgado de Carvalho acabou reproduzindo e difundindo acriticamente via Geografia Escolar ideias de branqueamento que circulavam entre as elites pensantes e políticas no Brasil.

Em produções posteriores, o Delgado de Carvalho apresenta os grupos humanos sem inferir a superioridade racial ou os ideais de branqueamento, no entanto, num período tardio para o interrupção das concepções racistas nos manuais didáticos de Geografia. De qualquer forma, ainda cabem mais pesquisas para se compreender as várias fases de sua produção geográfica e os seus desdobramentos para o ensino de Geografia atual, especificamente no que toca as relações raciais.

Referências

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira Educação em Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-51, jul./dez., 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANGELO, Maria D. L. Livros didáticos de geografia publicados entre o final do século XIX e início do século XX: ideais republicanos educacionais e concepções de saber escolar. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.1, p. 128-138, 2018.
- BARROS, Nathalia F. de. **Os livros didáticos de geografia e o pensamento racista brasileiro na formulação da identidade nacional durante a primeira república**. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: PPGEO-UFPB, 2022.
- BARROS, Nathalia F. de. A Geografia da Primeira República: o que os livros didáticos falam sobre raça. In: **Anais do XV ENANPEGE**, 2024.
- BANTON, Michael. **Racial Theories**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BERDOULAY, Vincent. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 16, jul/dez de 2013. p. 47-56.
- D’AVILA, J. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil - 1917–1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.
- CARVALHO, Delgado de. **Le Brésil Méridional: etude économique sur les états du sud**. Paris: E. Desfosses, 1910.
- CARVALHO, Delgado de. **Geographia do Brasil – tomo I: Geografia Geral**. Rio de Janeiro:

Impressões Artísticas, 1913.

CARVALHO, Delgado de. **Geografia do Brasil**, Tomo II. Geografia Regional. Rio de Janeiro: Emp. Foto-Mecânica do Brasil, 1927.

CARVALHO, Delgado de. **Geografia do Brasil**: De acordo com o Programa do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Empresa Gráfico Editora, 1923.

CARVALHO, Delgado de. **Metodologia do Ensino Geográfico**. Petrópolis: Tipografia das Vozes de Petrópolis, 1925.

CARVALHO, Delgado de. **Geografia: Ciência da Natureza**. Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro Tomo XXXI, 1927.

CARVALHO, Delgado de. **Geographia do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 5o edição completa, 1930.

CIRQUEIRA, Diogo M. **Inscrições da racialidade no pensamento geográfico (1880-1930)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia (PosGeo-UFF): Niterói, 2015.

CIRQUEIRA, Diogo M. A maldição de Cam: relação “homem-meio” e projeto de nação em Sílvio Romero. **Terra Livre**. N. 46 (1), 2016. p. 142-182.

CIRQUEIRA, Diogo M. Raízes nefastas do pensamento geográfico no Brasil: meio, raça e nação em Oliveira Vianna (1920-1933). **Geosaberes**, Fortaleza, v. 9, n. 19, sep. 2018. p. 1 - 21.

CIRQUEIRA, Diogo M. Notas sobre a racialidade na Geografia Humana de Vidal de La Blache. In: **Boletim Paulista de Geografia**, nº 104, jul.-dez. 2020, p. 103-120.

CLAVAL, Paul. **História da Geografia**. Lisboa: edições 70, 2006.

COSTA, Patrícia Coelho da. Delgado de Carvalho: a trajetória de um educador. In: **DOCUMENTOS** para disseminação. Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, 2008. p.39-51.

CORRÊA, G. S.; MONTEIRO, G. R. F.. Branqueamento do território e a colonialidade: reflexões a partir da Geografia. In: v. 19 n. 38 (2023): Revista da ANPEGE, Volume 19 Número 38, p. 1-25.

ELIAS, Norbert. Uma digressão sobre o nacionalismo. In: ELIAS, Norbert. **Os alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Londres: Blackwell, 1983.

HALL, Stuart. **The Fateful Triangle: Race, Ethnicity, Nation**. Cambridge: Harvard University Press, 2017.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LA BLACHE, Vidal. **Princípios de geografia humana**. 2.ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LIVINGSTONE, David N.. The moral discourse of climate: historical considerations on race, place, and virtue. In: **Journal of Historical Geography**, 17, 4, 1991. p. 413-434.

MACHADO, Lia Osorio. ideias fora do lugar: o desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**, 2, 2000.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, P. C. Costa; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 309-353.

- MARY, C. P. **Geografias Pátrias: Brasil e Portugal – 1875-1889**. Niterói: Editora UFF, 2010.
- MENESES, Vitória S. A historiografia da Geografia acadêmica e Escolar: uma relação de encontros e desencontros. **Geographia Meridionalis** v. 1, n. 2 Jul-Dez/2015 p. 343–362.
- MORRISSEY, J. Identity and the nation. In: MORRISSEY, J.; NALLY, D.; STROHMAYER, U.; WHELAN, Y (orgs.). **Historical Geography**. London: SAGE, 2014. 64-80.
- MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda. 2009.
- PEET, Richard. The social origins of environmental determinism. In: **Annals of the Association of American Geographers**. 75(3), 1985. p. 309-333.
- PEREIRA, Sérgio Nunes. **Delgado de Carvalho e o ensino de Geografia Política**. In: DOCUMENTOS para disseminação. Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE, 2008. p. 105-116.
- PEREIRA, Sérgio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. In: **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n.2. jul./dez., 2005. p. 112-124.
- PEREIRA, Sérgio Nunes. Tão perto, tão longe. **Terra Brasilis** n. 3, 2001.
- PIRES, Marcelo R. **Representações de Brasil em Delgado de Carvalho**. Dissertação de mestrado. Piracicaba: Programa de Pós-graduação em Educação UNIMEP, 2006.
- RIBEIRO DE CARVALHO, Naiemer. Construção da nação nos livros didáticos de Geografia da Primeira República. **Giramundo**, Rio de Janeiro, V.1, n.2, jul./dez. 2014. p. 55-65.
- ROCHA, Genylton O. R. da Rocha. Delgado de Carvalho e a Orientação Moderna no Ensino da Geografia Escolar Brasileira. **Terra Brasilis**, n. 1, 2000.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. (org.). **História do Brasil nação: A abertura para o mundo, 1889-1930**. São Paulo: Objetiva, 2013.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p 27- 46.
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.
- SANTOS, M. F.; CIRQUEIRA, D. M. Considerações sobre as geografias das relações étnico-raciais e as geografias negras no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 19, n. 38, 2023.
- SANTOS, M. F. dos; CIRQUEIRA, D. M. Teorias Raciais na Geografia: abordagens e perspectivas da raça e relações raciais na Geografia brasileira. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. dos S. (Orgs.). **Teorias da Geografia: mundos possíveis**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 553-574.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VLACH, Vânia R. F. **A propósito do ensino de Geografia em questão o nacionalismo patriótico**. Dissertação Mestrado. São Paulo: USP. 1988.
- ZUSMAN, Perla Brígida & PEREIRA, Sérgio Nunes. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a geografia de Delgado de Carvalho. **Terra Brasilis**, n. 2, jan/jun, 2000. p. 51-78.

Recebido em 25 de outubro de 2024.

Aceito para publicação em 27 de outubro de 2025.

